Nome do candidato: Meigan Sack Rodrigues.

Título do projeto: Valor subjetivo de ajudar pessoas com deficiência: efeitos da renda do donatário e da visibilidade da deficiência no desconto social

Número de palavras: 7966.

Percentual de plágio (Software CopySpider): 0%.

1ª Sugestão de provável orientação: Jorge Mendes de Oliveira Castro Neto.

2ª Sugestão de provável orientação: Eileen Pfeiffer Flores.

Introdução

A discriminação contra pessoas com deficiência é um fenômeno persistente e multifacetado, que afeta tanto indivíduos com deficiências visíveis (e.g. paraplegia, Síndrome de Down), quanto aqueles com deficiências invisíveis e não aparentes (e.g. Transtorno do Espectro Autista, epilepsia, fibromialgia), (Lopes & Machado, 2023). De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2011), mais de 1 bilhão de pessoas no mundo vivem com algum tipo de deficiência, correspondendo a cerca de 15% da população mundial.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) aponta que há 14,4 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, o que representa 7,3% da população com dois anos ou mais. Pesquisas demonstram que pessoas com deficiência enfrentam custos adicionais significativos em função de suas necessidades de suporte e adaptação, impactando diretamente sua renda familiar (Kanikadan & Yuba, 2019).

Apesar da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) e legislações nacionais como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), repertórios comportamentais mantidos por contingências sociais e culturais permanecem significativos, afetando a inclusão social, à educação e aos serviços de saúde (Paiva, Lima, & Campos, 2023). A evolução do conceito de deficiência acompanhou mudanças sociais e políticas, e em que pese estar centrado em um modelo de direitos humanos, ainda persiste um contexto marcado por estereótipos, práticas e percepções discriminatórias (Silva, 2022).

Em Análise do Comportamento, estereótipos são compreendidos como classes de estímulos generalizadas, em que grupos de estímulos passam a evocar respostas semelhantes, mesmo sem reforçamento direto (Sidman, 1994). Relações arbitrárias de equivalência de estímulos explicam como características atribuídas a determinados grupos sociais passam a controlar respostas de julgamento e reação (Ijanc Neto et al., 2022).

O preconceito tem sido interpretado como um repertório de respostas no qual relações arbitrárias associam determinados grupos sociais a estímulos aversivos, produzindo atitudes discriminatórias, mantidas por contingências sociais e históricas

(Araújo et al., 2022). Estudos teóricos indicam que tais repertórios podem resultar em respostas de autodepreciação, em função de exposição contínua a contingências sociais aversivas (Silva, Flandoli, & Mizael, 2022).

Preconceito e discriminação social manifestam-se publicamente como comportamentos que negam oportunidades, promovem exclusão ou tratam grupos de maneira desigual (Silva, 2010). Tais comportamentos podem ser analisados como operantes sob controle de estímulos antecedentes —padrões culturais, normas sociais e histórias de reforçamento — e vêm sendo investigados em diferentes contextos sociais (Ijanc Neto et al., 2022).

Estudos mostram que o tipo de deficiência pode influenciar a percepção pública e a disposição para oferecer suporte social e/ou financeiro. Deficiências visíveis funcionam como estímulos discriminativos, evocando respostas estereotipadas e comportamentos colaborativos, mantidos por contingências sociais previamente estabelecidas. (Antonak & Livneh, 2000; Aubé, Chiasson, & Gagnon, 2020). Já as deficiências invisíveis impedem a discriminação das necessidades individuais, dificultando o acesso a apoio e adaptações (Abney, Denison, Tanguay, & Ganz, 2022; Tipton, Blacher, & Grant, 2017).

No que se refere ao suporte funcional, indivíduos com deficiências invisíveis dependem principalmente de profissionais e familiares, enquanto indivíduos com deficiências visíveis recebem maior suporte em geral (Lippold & Burns, 2009). Essa distinção impacta diretamente a percepção pública e a alocação de recursos, exigindo que estratégias inclusivas considerem tanto a natureza visível quanto a invisível das deficiências para promover equidade, acesso a serviços especializados de saúde e educação, bem como oportunidades de integração social (Granjon, Pillaud, Popa-Roch, Aubé, & Rohmer, 2025).

Oferecer ajuda sem retorno imediato e direto é um comportamento considerado como altruísta e é influenciado por diversos fatores, como empatia, experiência pessoal, contexto social e percepção da necessidade (Batson, Chang, Orr, & Rowland, 2002). O altruísmo é definido como um comportamento em que o indivíduo realiza uma ação que beneficia outra pessoa, mesmo que isso implique um custo ou sacrifício para si próprio (Fehr & Fischbacher, 2003; Locey & Rachlin, 2015). A literatura mostra que o altruísmo

pode ser compreendido dentro do arcabouço do desconto social, no qual o valor subjetivo de benefícios (i.e., potenciais reforçadores) para terceiros sofrem desconto ou desvalorização em função da distância social entre o doador e o donatário (Green & Myerson, 1994).

O conceito de desconto social refere-se à tendência do indivíduo de atribuir menor valor a benefícios destinados a pessoas socialmente mais distantes, em comparação àquelas com as quais mantém maior proximidade (Jones & Rachlin, 2009). Entende-se que, quanto mais distante está o beneficiário na rede social ou econômica do agente, menor será a disposição deste em sacrificar ganhos próprios para favorecê-lo. Pesquisas como as de Battaglia (2022), Romanowich (2020) e Story et al. (2020) mostram que a distância social impacta a propensão a ajudar, mas ainda são escassos estudos que combinam este paradigma com o contexto da deficiência e a variável distância econômica. Compreender como essas variáveis interagem é fundamental para orientar políticas públicas mais eficazes, capazes de reduzir a desigualdade e o estigma.

Gade et al. (2025), no artigo *Using Social Discounting to Measure Diabetes Discrimination*, investigaram a discriminação contra pessoas com diabetes por meio de um paradigma experimental de desconto social, buscando superar limitações de medidas explícitas de estigma. O objetivo foi avaliar se indivíduos demonstram menor disposição comportamental de beneficiar financeiramente pessoas com diabetes em comparação a pessoas sem a condição, especialmente considerando diferentes níveis de proximidade social. O método consistiu em uma tarefa de escolha monetária na qual participantes decidiam entre maximizar ganhos próprios ou compartilhar recursos com um beneficiário descrito como saudável ou portador de diabetes, permitindo o cálculo da taxa de desconto social. Os resultados indicaram maior desconto social quando o alvo apresentava diabetes, particularmente em situações de maior distância social, evidenciando discriminação comportamental implícita que nem sempre foi capturada por escalas explícitas de atitude.

Assim, o desconto social fornece um procedimento objetivo para mensurar atitudes pró-sociais em torno do fenômeno do altruísmo (Jones & Rachlin, 2009). Ao propor escolhas em que o indivíduo deve renunciar a determinado benefício próprio em

prol de outra pessoa em diferentes níveis de proximidade (familiares, desconhecidos), observa-se como a distância social influencia a decisão de cooperar (Jones, 2022).

O presente estudo buscará analisar de que forma os dois grupos de deficiência afetam o valor subjetivo atribuído ao ato de ajudar, levando em conta, ainda, a distância econômica existente entre participante e beneficiário. A perspectiva do desconto social configura um procedimento para quantificar padrões de pró-socialidade e discriminação.

Este projeto pretende aplicar uma tarefa adaptada do desconto social para mensurar o valor subjetivo de doar valores monetários hipotéticos a pessoas com deficiência, considerando o tipo de deficiência (visível ou invisível). Para tanto, serão conduzidos dois estudos.

No Estudo 1, será avaliado o efeito da distância social nas taxas de desconto social em tarefas com deficiências visíveis e invisíveis; no Estudo 2, será avaliado o efeito de diferentes faixas de renda do donatário nas taxas de desconto social em tarefas com deficiências visíveis e invisíveis, pretende-se investigar os efeitos das informações sobre a visibilidade da deficiência dos beneficiários na taxa de desconto social dos doadores. Essa análise se justifica porque, em muitos contextos sociais, indivíduos com deficiências visíveis recebem maior reconhecimento imediato de suas limitações, enquanto aqueles com deficiências invisíveis frequentemente enfrentam estigmas e descrença quanto à legitimidade de suas necessidades.

Especificamente, pretende-se examinar: (1) se os indivíduos demonstram maior propensão a doar recursos a pessoas com deficiências visíveis em comparação àquelas com deficiências invisíveis; (2) se a disposição para doar diminui quando a deficiência não é imediatamente identificável; (3) se o montante destinado à doação tende a reduzir-se à medida que a deficiência é percebida como menos impactante na funcionalidade cotidiana; e (4) qual modelo matemático — hiperbólico ou exponencial — melhor descreve o padrão de desconto observado. Para tanto, busca-se verificar a taxa de desconto social a partir da descrição do tipo de deficiência, analisando seu comportamento em função da distância social entre o participante e o beneficiário.

Já o Estudo 2 examinará os possíveis efeitos da natureza da deficiência (visível ou invisível) combinada com a distância social entre doador e beneficiário sobre a taxa de desconto social. Pretende-se compreender se fatores como proximidade relacional e identificação social modulam a disposição em ajudar, e se a interação entre tipo de deficiência e distância social acentua ou reduz a propensão altruísta.

Apesar dos avanços em políticas de inclusão, padrões de comportamento operacionalizados que resultam em respostas discriminatórias ou restritivas diante de pessoas com deficiência persistem. E, vêm afetando a equidade no acesso a recursos por parte de pessoas com deficiência.

Método

Participantes

Estima-se selecionar um total de 100 participantes, entre 18 e 50 anos, em dois grupos, com metade para cada Estudo. Os participantes serão estudantes e servidores públicos da Universidade de Brasília (UnB). O recrutamento será realizado por meio de convites em mídias sociais ou em disciplinas introdutórias de cursos de graduação e pós-graduação. Inicialmente, serão apresentados aos participantes aspectos éticos como sigilo, confidencialidade e aquiescência com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), via Google Formulários. Esta pesquisa será devidamente submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP-HS), da UnB. Utilizar-se-á um critério de exclusão, ligado à participação de pesquisas ou conhecimento aprofundado na área de Economia Comportamental.

Instrumentos e medidas

Após leitura e assinatura do TCLE, os participantes receberão os links virtuais dos formulários, no qual irão inserir apenas as iniciais do seu nome, e-mail para contato, profissão e data de nascimento. A coleta de dados será realizada de forma assíncrona e virtual, com os equipamentos (e.g., celular, notebook) dos próprios participantes. A diferença entre os Estudos 1 e 2 são as diferentes tarefas de desconto social.

Desconto social – Estudo 1

Tabela 1

Escolhas A e B para Participantes do Grupo da Dimensão de <u>"deficiência visíveis"</u>[1]

Imagine que você fez uma lista das 100 famílias mais próximas de você no mundo, variando entre a localização das famílias = 1 [vizinha], 2 [mesma rua], 5 [mesmo quarteirão], 10 [mesmo bairro], 20 [mesma região], 50 [mesma cidade], 100 [cidade vizinha]. Agora imagine as seguintes escolhas entre uma quantia de dinheiro para você [A] e uma quantia para a família na lista [B] que POSSUI UMA CONDIÇÃO DE DEFICIÊNCIA VISÍVEL <u>("paraplegia, Síndrome de Down, cegueria").</u> Circule A ou B para indicar qual você escolheria em CADA linha.	
A. 155 para você.	***B. 75 para você e 75 para a família #1 [vizinha], que possui deficiência visível.***
A. 145 para você.	***B. 75 para você e 75 para a família #1 [vizinha], que possui deficiência visível.***
A. 135 para você.	***B. 75 para você e 75 para a família #1 [vizinha], que possui deficiência visível.***
A. 125 para você.	***B. 75 para você e 75 para a família #1 [vizinha], que possui deficiência visível.***
A. 115 para você.	***B. 75 para você e 75 para a família #1 [vizinha], que possui deficiência visível.***
A. 105 para você.	***B. 75 para você e 75 para a família #1 [vizinha], que possui deficiência visível.***
A. 95 para você.	***B. 75 para você e 75 para a família #1 [vizinha], que possui deficiência visível.***

[1] Serão feitos questionários para ambas as deficiências (visíveis- tabela 1 e invisíveis – tabela 2), bem como questionamentos referentes às localizações assinaladas no preambulo (vizinha, rua, cidade).

A. 85 para você.	***B. 75 para você e 75 para a família #1 [vizinha], que possui deficiência visível.***
A. 75 para você.	***B. 75 para você e 75 para a família #1 [vizinha], que possui uma deficiência visível.***

O Estudo 1 utilizará uma versão adaptada da tarefa original de desconto social (Jones & Rachlin, 2006). Os participantes serão instruídos a realizarem uma escolha entre receber ou doar valores monetários hipotéticos constantes para pessoas desconhecidas portadora de alguma deficiência, mas com variação da renda média por mês do recebedor.

Os beneficiários serão selecionados por idade e gênero. A variabilidade será apenas quanto à visibilidade da deficiência (e.g. cadeira de rodas) e da invisibilidade (e.g., epilepsia).

Na coluna A, haverá nove itens, com valores crescente de R$ 10 entre uma linha e outra, com variação de R$ 155 a R$ 75. A sequência destes valores será distribuída aleatoriamente entre os participantes. Haverá dois questionários, um para cada dimensão de deficiência (i.e., visível e não visível), coletados com um mesmo grupo. Cada questionário terá sete blocos de perguntas, um para cada distância social (letra C). A coluna B será idêntica para cada bloco em um questionário específico, com informações sobre os valores, a distância social e a dimensão da deficiência (letra D). A letra C será substituída por um número e a localização hipotética da família em questão, correspondente à distância social (N = 1 [vizinha], 2 [mesma rua], 5 [mesmo quarteirão], 10 [mesmo bairro], 20 [mesma região], 50 [mesma cidade], 100 [cidade vizinha]). A letra D será substituída por uma frase que descreve uma dimensão específica da deficiência (i.e., visível, não visível), conforme a Tabela 1.

Desconto social – Estudo 2

O presente estudo utilizará uma versão modificada e adaptada para o contexto de deficiência da tarefa original de desconto social apresentada por Jones e Rachlin (2006). Cada participante será solicitado a imaginar uma lista de 100 famílias próximas a ele no

mundo e que tenham uma deficiência. Cada situação de escolha está apresentada a partir do seguinte modelo[2]:

> QUESTIONÁRIO DE DEFICIENCIA VISIVEL: "Você prefere receber R$ 10 ou doar R$ 100 para alguém que você não conhece, com alguma deficiência VISÍVEL e que ganha, em média por mês, R$ 294 por pessoa na família? (0-10%).
>
> "Você prefere receber R$ 10 ou doar R$ 100 para alguém que você não conhece, com alguma deficiência VISÍVEL e que ganha, em média por mês, R$ 700 por pessoa na família? (0-10%)"
>
> "Você prefere receber R$ 10 ou doar R$ 100 para alguém que você não conhece, com alguma deficiência VISÍVEL e que ganha, em média por mês, R$1.500 por pessoa na família? (0-10%)".
>
> "Você prefere receber R$ 10 ou doar R$ 100 para alguém que você não conhece, com alguma deficiência VISÍVEL e que ganha, em média por mês, R$8.000 por pessoa na família? (0-10%).

A variação da renda média por mês foi selecionada com base no rendimento médio mensal real domiciliar per capita para cada faixa de 10% da população brasileira. As classes foram calculadas com base nos respectivos percentis (IBGE, 2025).

Os participantes serão instruídos a fazerem escolhas entre receber um valor monetário hipotético (coluna A) e outro valor monetário hipotético para receber e doar para uma família em uma dada distância social (letra C) que está inserida em uma dimensão de deficiência específica (letra D; coluna B).

Procedimento

Em cada estudo, os participantes responderão dois questionários: Deficiência Visível; Deficiência Invisível, a partir das tarefas experimentais descritas anteriormente. No Estudo 1, será avaliado o efeito da distância social nas taxas de desconto social em tarefas com deficiências visíveis e invisíveis; no Estudo 2, será avaliado o efeito de diferentes faixas de renda do donatário nas taxas de desconto social em tarefas com deficiência visíveis e invisíveis. Cada grupo completará uma tarefa de desconto social em que farão escolhas entre manter R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para si ou dividir R$ 75,00 (setenta e cinco reais) para si e R$ 75,00 (setenta e cinco reais) para uma pessoa com determinada deficiência (visível ou invisível), apresentada em sete distâncias sociais (1, 2,

[2] Modelo será igualmente aplicado em relação à deficiência invisível

5, 10, 20, 50, 100). As descrições incluirão exemplos específicos de cada categoria de deficiência.

Delineamento Experimental

Este projeto utilizará um delineamento de sujeito único, com um grupo para cada Estudo. Cada grupo será exposto aos questionários específicos dos Estudos 1 ou 2 (Kazdin, 2017). Nesse tipo de delineamento, as taxas de desconto social nos diferentes questionários de cada participantes serão comparadas entre si em cada Estudo (Charness et al., 2012).

Análise de dados

No Estudo 1, o ponto em que o participante mudou a escolha da coluna, o ponto em que A (receber dinheiro) para a coluna B (doar dinheiro) será o ponto de indiferença; no Estudo 2, o valor escolhido em cada faixa salarial. A fidelidade dos dados será avaliada pela exclusão de participantes que não descontaram ou descontaram de forma não sistemática (Johnson & Bickel, 2008). As taxas de desconto social para cada participante serão calculadas via a (1) área sob a curva com uma correção ordinal (AUC_{ord}) (Borges et al., 2016; Myerson et al., 2001); e (2) a taxa de desconto hiperbólico (Equação 1) e exponencial (Equação 2), estimadas por uma regressão não-linear (Reed et al., 2012). Serão comparados os ajustes dos modelos hiperbólico e exponencial pela variância explicada (R^2), cujas diferenças internas no grupo serão avaliadas por testes de Wilcoxon. As diferenças demográficas serão analisadas via o teste qui-quadrado (dados categóricos) ou ANOVA (dados contínuos). A hipótese central sobre a variação de taxas conforme as dimensões de deficiência serão testadas comparando AUCord e valores-s entre grupos, com a normalidade verificada pelo teste Kolmogorov-Smirnov e, em seguida, por ANOVAs e um teste Tukey post-hoc para avaliar diferenças significativas.

Viabilidade

Os objetivos do presente projeto, relacionados ao estudo de variáveis ambientais do combate à discriminação, são compatíveis com a linha de pesquisa AC2 (Processos verbais, sócio-culturais e de intervenção) do PPG-CdC. Os objetivos também são congruentes com os projetos de pesquisa do PPG-CdC, como “Análise do Comportamento do Consumo” e “Análise Comportamental do Direito”, do Prof. Dr. Jorge Mendes de Oliveira Castro Neto.

Além disso, o projeto demanda uma estrutura simples no qual pretende-se utilizar os equipamentos dos próprios participantes (e.g., computador).

Ineditismo

O projeto tem potencial para oferecer subsídios relevantes à formulação de políticas públicas voltadas à inclusão de pessoas com deficiência. Inicialmente, o procedimento propõe a adaptação do arcabouço do desconto social para aferir se a natureza da deficiência — visível ou invisível — influencia o valor subjetivo de ajuda oferecida. Pretende-se verificar se esse modelo é adequado para mensurar atitudes pró-sociais e padrões de discriminação em diferentes contextos de deficiência. Adicionalmente, considerando que a promoção da equidade e da acessibilidade constitui compromisso central em políticas nacionais e internacionais de inclusão, o estudo poderá identificar e quantificar variáveis (i.e., tipo de deficiência, percepção social, distância social) que impactam a disposição de indivíduos em oferecer suporte.

Cronograma de execução

Distribuição das atividades ao longo do tempo				
ATIVIDADES	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
Revisão de literatura	X			
Definição de objetivos e problemas de pesquisas	X			
Definição do método	X	X		
Desenvolvimento dos instrumentos para coleta de dados		X		
Escrita do projeto de pesquisa		X		
Produção e Submissão do manuscrito 1	X	X		
Exame de Qualificação		X		
Submissão do projeto ao Comitê de Ética		X		
Seleção de participantes		X	X	
Coleta de dados			X	
Tabulação de dados			X	

Análise de dados	X	
Descrição dos resultados e discussão	X	X
Redação final e entrega da tese		X
Produção e submissão do manuscrito 2		X
Defesa		X

Referências

Abney, A., Denison, V., Tanguay, C., & Ganz, M. (2022). Understanding the unseen: Invisible disabilities in the workplace. *The American Archivist, 85*(1), 88–103. https://doi.org/10.17723/0360-9081-85.1.88

Antonak RF, Livneh H. Measurement of attitudes towards persons with disabilities. Disabil Rehabil. 2000 Mar 20;22(5):211-24. doi: 10.1080/096382800296782. PMID: 10813560.

Aubé, M., Chiasson, N., & Gagnon, J. (2020). *Assessing attitudes toward people with disabilities: A scoping review*. HAL Archives Ouvertes. https://hal.science/hal-03188412

Batson, C. D., Chang, J., Orr, R., & Rowland, J. (2002). Empathy, altruism, and group identification. *Personality and Social Psychology Bulletin, 28*(6), 706–718. https://doi.org/10.1177/0146167202289008

Fehr, E., & Fischbacher, U. (2003). The nature of human altruism. *Nature*, *425*(6960), 785–791. https://doi.org/10.1038/nature02043

Granjon, M., Pillaud, N., Popa-Roch, M., Aubé, B., & Rohmer, O. (2025). Attitudes towards invisible disabilities: Evidence from behavioral tendencies. *Current Research in Behavioral Sciences, 8,* 100164. https://doi.org/10.1016/j.crbeha.2024.100164

Green, L., Fry, A.F., Myerson, J., 1994. Discounting of delayed rewards: a life-span comparison. Psychological Science 5, 33–36

Ijanc Neto, C. E., Picoli, A., & Aggio, N. M. (2022). *Contribuições da análise do comportamento para o estudo do fenômeno da xenofobia: Uma revisão de literatura*. **Perspectivas em Análise do Comportamento**. https://www.revistaperspectivas.org/perspectivas/article/view/922

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024). *Censo Demográfico 2022: Pessoas com deficiência e pessoas diagnosticadas com transtorno do espectro autista – Resultados preliminares da amostra*. IBGE.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2025). *Rendimento de todas as fontes 2024: PNAD Contínua*. Agência de Notícias IBGE. https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/3f1dbea69bb322fa257280c9a282f2dc.pdf

Jones, B. A. (2022). A Review of Social Discounting: The Impact of Social Distance on Altruism. *The Psychological Record*, *72*(3), 511–515. https://doi.org/10.1007/s40732-021-00488-5

Jones BA, Rachlin H. Delay, probability, and social discounting in a public goods game. J Exp Anal Behav. 2009 Jan;91(1):61-73. doi: 10.1901/jeab.2009.91-61. PMID: 19230512; PMCID: PMC2614818.

Kanikadan, P. Y. S., & Yuba, T. (2019). *Custos adicionais da pessoa com deficiência física – São Paulo e Brasil*. *Jornal Brasileiro de Economia da Saúde*, 11(1), 26-33.

Lecomte, U., de los Ríos Berjillos, A., Lethielleux, L., Deroy, X., & Thenot, M. (2024). Social Understanding of Disability: Determinants and Levers for Action. *Behavioral Sciences*, *14*(9), 733. https://doi.org/10.3390/bs14090733

Lippold, T., & Burns, J. (2009). Social support and intellectual disabilities: A comparison between social networks of adults with intellectual disability and those with physical disability. *Journal of Intellectual Disability Research, 53*(5), 463–473. https://doi.org/10.1111/j.1365-2788.2009.01170.x

Locey, M. L., & Rachlin, H. (2015). Altruism and anonymity: A behavioral analysis. *Behavioural Processes*, *118*(1), 71–75.

https://doi.org/10.1016/j.beproc.2015.06.002

Lopes, A. C. B., & Machado, W. C. A. (2023). Discriminação e acesso à saúde de pessoas com deficiência: Uma revisão narrativa. *Revista Cuidarte*, 14(3), e2937. https://doi.org/10.15649/cuidarte.2937

Organização Mundial da Saúde. (2011). *Relatório mundial sobre a deficiência*. Organização Mundial da Saúde. https://iris.who.int/handle/10665/44575

Paiva, A. S., Lima, L. C., & Campos, C. E. (2023). Barriers to the access of people with disabilities to health services: A scoping review. *Revista de Saúde Pública*, 57, 103. https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2023057005165

Rachlin, H., & Locey, M. (2011). A behavioral analysis of altruism. *Behavioural Processes*, 87, 25-33. doi:10.1016/j.beproc.2010.12.004

Sidman, M. (1994). *Equivalence relations and behavior: A research story.* Authors Cooperative.

Silva, M. R. (2022). *Um breve estudo histórico-cultural: conquistas e desafios das pessoas com deficiência*. Revista Multidisciplinar de Educação, 2(2), 26–32.

Silva, T. S. de Souza, Flandoli, B. R. G. X., & Mizael, T. M. (2022). Questões raciais na análise do comportamento: Uma análise preliminar sobre a baixa produção da área. *Perspectivas em Análise do Comportamento*. https://www.revistaperspectivas.org/perspectivas

Silva, S. G. da .. (2010). Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. *Psicologia: Ciência E Profissão*, *30*(3), 556–571. https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000300009

Tipton, L. A., Blacher, J., & Grant, S. L. (2017). Public stigma of autism spectrum disorder at school: Implicit attitudes matter. *Journal of Autism and Developmental Disorders, 47*(10), 3281–3291. https://doi.org/10.1007/s10803-017-3253-0